



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

SILMARA DOS SANTOS LIMA

PALEOGRAFIA E MANUSCRITOS: do passado ao contemporâneo

João Pessoa
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

SILMARA DOS SANTOS LIMA

PALEOGRAFIA E MANUSCRITOS: do passado ao contemporâneo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia, do Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joana Coeli Ribeiro Garcia

João Pessoa
2014

L732m Lima, Silmara dos Santos

Paleografia e manuscritos: do passado ao contemporâneo / Silmara dos Santos Lima. João Pessoa, 2014.

76f. Il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joana Coeli Ribeiro Garcia

Monografia (Graduação em Arquivologia) – UFPB / CCSA.

1. Escrita manuscrita. 2. Documentos manuscritos – facilidades e dificuldades. 3. Transcrição paleográfica – interveniências em pesquisas. 4. Arquivos públicos, privados, pessoais e familiares. I.

Título.

CDU 003.072 + 091

SILMARA DOS SANTOS LIMA

PALEOGRAFIA E MANUSCRITOS: do passado ao contemporâneo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia, do Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bacharel.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Joana Coeli Ribeiro Garcia
Orientadora (DCI/PPGCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Membro Interno (DCI/PPGCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Maria da Vitória Barbosa Lima
Membro Interno (PPGCI/UFPB)

Aos meus pais, Sinval e Maria Ercília, meus irmãos, Silvana, Suênia, Silmar e Silvano.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** pelo dom da vida e por estar ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus pais Sinval e Maria Ercília por me ensinarem o valor do caráter, da honestidade e do respeito com os demais.

Aos meus irmãos Silvana, Suênia, Silmar e Silvano por serem pessoas importantes na minha vida e por quem tenho grande afeto.

Ao meu noivo Dorivaldo pela paciência e compreensão pelos momentos que não puder estar com ele.

A minha amiga Maria da Vitória Barbosa Lima, por sempre acreditar no meu trabalho e por sempre me dar oportunidades no campo profissional e por me apresentar a Paleografia que me apaixonei desde o primeiro contato.

A minha mestre Joana Coeli Ribeiro Garcia pelo esmero, paciência, dedicação e compromisso com a pesquisa e por cumprir com responsabilidade seu papel de orientadora a respeito do tema, bem como da elaboração de uma pesquisa de boa qualidade. Ela é um exemplo de pessoa e profissional a ser seguida.

Aos pesquisadores pela colaboração à pesquisa.

A todos os profissionais Arquivistas e paleógrafos que trabalham com amor e dedicação a profissão que escolheram atuar.

Aos professores do Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB que me ensinaram até o presente momento.

“Para hacer historia de la escritura es preciso, con anterioridad, recuperar toda la multiplicidad de sus significados”.

(Bartoli, 1978)

“Poucas palavras são necessárias para mostrar a importância suma da ciência paleográfica, que mediante seus princípios e normas nos coloca em contato direto com as gerações que passaram [...]”

(Muñoz y Riviera, 1972)

RESUMO

Por meio de pesquisa exploratória, analisam-se as condições dos pesquisadores na realização de pesquisas que utilizam documentos manuscritos de arquivos institucionais públicos, privados e arquivos pessoais e familiares pelo ângulo da Paleografia, diagnosticando a relação entre ambos. Adota-se o questionário semi-estruturado como técnica de coleta de dados e a análise quantitativa como resultado do perfil dos pesquisadores, sendo a maioria do sexo feminino, de faixa etária entre 20 e 60 anos e das áreas de conhecimento de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Analisam-se os dados coletados sobre a escrita manuscrita e sua relação com a paleografia, trabalhando qualitativamente, utilizando a análise de conteúdo, para compreender o significado das respostas dadas. Percebe-se que os pesquisados tem consciência da necessidade de ter a Paleografia como técnica para leitura e transcrição de documentos manuscritos e que existe uma relação muito importante e estreita entre elas. Conclui-se que faz-se necessário o pesquisador ter conhecimento da Paleografia para poder realizar suas pesquisas com eficiência e sem erros. Sugere-se procurar profissional habilitado ou especializado (paleógrafo) ou se interessar pela literatura específica, para a realização dessas atividades, sem que haja dificuldades em sua compreensão. Por fim, espera-se que a Paleografia ocupe o lugar que lhe cabe nos Cursos de Graduação em Arquivologia e História e que os profissionais dessas áreas se ocupem da preservação, manutenção e conservação dos documentos que em última instância contam a história da humanidade.

Palavras-chave: Escrita manuscrita. Documentos manuscritos – facilidades e dificuldades. Transcrição paleográfica – interveniências em pesquisas. Arquivos públicos, privados, pessoais e familiares.

ABSTRACT

Through exploratory research, analyzes the conditions of the researchers in conducting research using handwritten documents of public and private institutional archives and personal and familiar archives from being viewed from perspective of Paleography, diagnosing the relation between them. It is adopted the semi-structured questionnaire as technique of data collection and quantitative analysis as result of the profile of researchers, most female, age range between 20 and 60 years, and their knowledge areas are History, Archivology, Librarianship and Information Science. The collect data about handwritten and your relation with Paleography was analyzed, in a quantitative work that uses content analysis, in order to comprehend the meaning of the given answers. It is noted that the researchers has conscious about the necessity of the Paleography as technique to reading and transcription of the handwritten documents and there is a very important and close relation between them. Therefore, it is concluded that knowing Paleography is necessary to the researcher because it enables him to develop his researches with efficiency and without mistakes. It is suggested to look for a skilled professional or a specialized one (Paleographer) or be interest in specific literature to the development of these activities, in a way that there is not difficulties in their comprehension. Lastly, it is expected that Paleography take the place that it deserves in undergraduate courses of Archivology and History, and that the professionals of these areas worry about the preservation, maintenance and conservation of documents that, in last instance, tell the history of mankind.

Keywords: Handwritten. Handwritten documents - facilities and difficulties. Paleographic transcription - interventions in researches. Public, private, personal and familiar archive

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escrita capital quadrada ou cursiva -----	22
Figura 2 – Escrita capital rústica -----	22
Figura 3 – Escrita capital cursiva -----	22
Figura 4 – Escrita uncial -----	22
Figura 5 – Escrita visigótica -----	23
Figura 6 – Escrita lombarda -----	23
Figura 7 – Escrita capital quadrada ou elegante -----	23
Figura 8 – Escrita irlandesa -----	23
Figura 9 – Escrita Carolina -----	23
Figura 10 – Escrita gótica -----	24
Figura 11 – Escrita gótica -----	25
Figura 12 – Escrita processada -----	25
Figura 13 – trecho da carta de Pero Vaz de Caminha -----	25
Figura 14 – Mapa conceitual da Paleografia -----	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições pesquisadas e recorrências -----	55
Quadro 2 - Arquivos identificados e mapeados -----	56
Quadro 3 - Utilização da Paleografia como método de leitura e transcrição -----	60
Quadro 4 - Importância da Paleografia -----	61
Quadro 5 - Necessidade de profissional habilitado ou especializado (paleógrafo)	62
Quadro 6 - Facilidades na leitura de documentos manuscritos -----	63
Quadro 7 - Dificuldades na leitura de documentos manuscritos -----	64

LISTA DE SIGLAS

AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba -----	55
DER – Departamento de Estradas e Rodagem -----	55
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano -----	55
IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico da Paraíba -----	55
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional -----	55
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco -----	55
UFPB – Universidade Federal da Paraíba -----	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Objetivo geral	17
1.1.2 Objetivos específicos	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 A Escrita e sua Evolução	19
2.2 Documentos de arquivo	27
2.2.1 Documentos manuscritos	28
2.3 Conservação dos documentos manuscritos	29
2.4 Paleografia	31
2.4.1 Definições	31
2.4.2 Breve histórico	31
2.4.3 Divisões da Paleografia	33
2.4.4 Relações da Paleografia com outras disciplinas	34
2.5 Dificuldades da leitura paleográfica	36
2.6 Normas Técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos	41
2.7 Mapa conceitual da Paleografia	48
3 METODOLOGIA	50
3.1 Tipo de estudo	50
3.2 Universo	51
3.3 Universo e amostra	52
3.4 Coleta dos dados	52
3.5 Organização dos dados	53

4 ANÁLISE DOS DADOS -----	54
4.1 Caracterização dos pesquisados -----	54
4.2 Caracterização dos dados de conteúdo -----	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	66
REFERÊNCIAS -----	68
APÊNDICE -----	71

1 INTRODUÇÃO

A escrita é um artefato, construção da humanidade, criada como uma das formas de registrar o seu conhecimento. É ainda um dos meios de se fixar o pensamento, a linguagem de uma pessoa ou grupos. A escrita pode ser processada nas formas manuscritas, impressa e mista, ou seja, manuscrita e impressa ao mesmo tempo.

Devido ao tempo decorrido torna-se impossível datar o início da escrita manuscrita, mas ela foi e é um meio de comunicação importantíssimo e indispensável entre os homens. No entanto, há autores como Horcades (2004) informando que o conteúdo das plaquetas de barro da cidade de Uruk são as formas de escrita mais antigas encontradas.

Existem alguns manuscritos contemporâneos que muitas vezes apresentam certo grau de dificuldade em sua leitura, interpretação, e até mesmo em sua transcrição. Observa-se que, uma palavra, uma abreviação, ou até mesmo uma frase, a compreensão do que se está lendo pode ser comprometida. Às vezes é difícil ter conhecimento de uma grafia e até mesmo da ortografia da época em que o manuscrito foi produzido. Por exemplo, podemos citar cartas, cartões e receitas médicas com letras de difícil compreensão.

O leitor ou o pesquisador, muitas vezes, encontra dificuldades na leitura desses manuscritos, pois não tem conhecimentos sobre o signo escrito, a grafia do autor, abreviaturas e isso faz com que, em certos momentos, desistam de realizar pesquisas em documentos manuscritos antigos e contemporâneos. Muitos desses documentos manuscritos são encontrados, ainda nos dias atuais, em arquivos institucionais, públicos e privados, e em arquivos pessoais e familiares.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 237), manuscrito “[...] é um texto escrito à mão, de valor histórico ou literário”. No sentido de arquivo, manuscrito é definido como: “[...] conjunto de papéis (ou documentos) pessoais, que apresenta unidade orgânica”.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 79) o manuscrito é classificado como um documento textual definido como um “[...] gênero

documental integrado por documentos: manuscritos, datilografados ou impressos, tais como, atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios”.

Portanto, os conceitos citados fazem com que percebamos a existência desses documentos manuscritos, em arquivos públicos e privados institucionais e em arquivos pessoais e familiares. Nos arquivos institucionais públicos e privados, os documentos são analisados de acordo com as funções do órgão produtor e as atividades que são relacionadas a essas funções. No Brasil, os documentos institucionais manuscritos compreendem uma época que vai do século XVI ao XXI, sendo os mais antigos aqueles que requerem do pesquisador conhecimento sobre Paleografia e diplomática. Isso faz com que realizar pesquisas nestes documentos seja mais difícil.

Nos arquivos pessoais, o mais aconselhado é trabalhar com as atividades que foram desempenhadas pela pessoa durante a sua vida que podem ser identificadas através de manuscritos, fotografias, livros e outros, que necessitam de uma determinada leitura e compreensão do que está escrito. Logo, para compreensão e leitura desses documentos manuscritos há uma necessidade de conhecimento em ciências afins, para contribuir com a realização do trabalho, destacando-se a Paleografia e a diplomática, como afirmado anteriormente.

Segundo Sánchez Prieto (2000, p. 709-710):

Por Paleografía se entiende la ciencia historiográfica que tiene por objeto de estudio la escritura en general, y en especial la evolución en el tiempo de las formas gráficas y su modo de ejecución, así como todos aquellos factores de cualquier índole (tecnológicos, económicos, sociales, culturales, políticos, estéticos, etc.) que los condicionan, si bien todavía para muchos estudiosos de otras materias conserva su viejo concepto de técnica de leer aquellos escritos cuyos caracteres, por su antigüedad, han caído en desuso y resultan ilegibles a las personas sin el adiestramiento adecuado.

Enquanto a diplomática é definida por Piquera (2004, p. 194), como:

[...] el estudio de aquellos documentos cuya característica esencial estriba en su naturaleza y su valor jurídico-administrativo e histórico-testimonial, así como en que van revestidos de diversas formalidades que les dan carácter probatorio y fuerza legal.

Na visão de Bellotto (2008, p. 1), a diplomática está definida como:

[...] estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização, imposta pelo direito. Tornam-se, estes documentos, por isso mesmo, eivados de *fé pública*, o que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo direito.

Para Berwanger e Leal, (2008 apud BELLOTTO, 2008, p. vii):

Enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). [...] a diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento.

Diante dessas considerações, indagamos: Como pesquisadores, usuários frequentadores dos arquivos públicos privados e pessoais fazem para compreender os documentos manuscritos existentes nesses acervos? Quais pesquisas utilizam esses documentos manuscritos? Como os pesquisadores leem e decifram os documentos manuscritos? Que técnicas utilizam para transcrever os documentos manuscritos? Qual relação existe entre as técnicas de leitura e a transcrição paleográfica?

O interesse por esse tema surge da necessidade de ter conhecimentos sobre as instituições públicas e privadas, os arquivos pessoais e familiares que possuem documentos manuscritos e, também, devido a alguns convites recebidos de pesquisadores historiadores para transcrição paleográfica desses tipos de textos com o fim de dar seguimento às pesquisas.

E, também, em razão de ter experiência com documentos manuscritos, principalmente, em transcrições desses tipos documentais produzidos em séculos anteriores, realizadas para pesquisadores e em projetos de pesquisa. Estes documentos, em sua maioria, eram provenientes de arquivos públicos, o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e do Arquivo Ultramarino de Lisboa/Portugal.

A paixão pela Paleografia foi imediata. O primeiro contato foi feito através de uma pesquisadora, Maria da Vitória Barbosa Lima, que me ensinou a ler e compreender tais documentos manuscritos. E somente através dos estudos paleográfico foi possível a realização de transcrições de documentos do período colonial brasileiro relacionado à

população negra, homens e mulheres escravos, livres e libertos, e também sobre a população índia.

Em relação aos arquivos públicos, trabalhei na organização de arquivo judiciário (Fórum Cível da Capital), de patrimônio (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e outro na área de engenharia, o DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e com isso pude perceber uma quantidade considerável de documentos manuscritos nessas instituições. Assim, no exercício dessa atividade, surgiram várias indagações a respeito de como os pesquisadores poderiam ter acesso a esses documentos e como poderiam compreendê-los, já que uma boa parte desses documentos era de séculos passados, principalmente do século XIX, no arquivo judiciário.

O pesquisador, para trabalhar nesse campo, além do conhecimento temático e metodológico, necessita habituar-se às características materiais do documento, tais como o estado de conservação do papel, a qualidade da tinta utilizada e a caligrafia do escritor; Pois, muitas vezes, o estado de conservação e preservação pode constituir barreira no processo de leitura e compreensão desse documento.

Para consolidação dessa pesquisa consideramos como campo de pesquisa os arquivos institucionais, públicos e privados, e os pessoais e familiares, estabelecendo os objetivos para sua realização.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar as condições determinadas por pesquisadores na realização de pesquisas que utilizem documentos manuscritos de arquivos institucionais públicos e privados e arquivos pessoais e familiares pelo ângulo da Paleografia.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar e selecionar pesquisadores que trabalham com documentos manuscritos;

- Identificar arquivos institucionais, públicos e privados, e os arquivos pessoais que possuem documentos manuscritos em João Pessoa, Paraíba;
- Apontar pesquisas que utilizam ou utilizaram documentos manuscritos;
- Apresentar o(s) método(s) de leitura e decifração da escrita manuscrita dos pesquisadores;
- Indicar facilidades e dificuldades apresentadas pelos pesquisadores na leitura e estudo de documentos manuscritos.

Desse modo o presente estudo se apresenta dividido em cinco partes: Introdução onde se apresenta o tema os questionamentos que originam a pesquisa, sua justificativa e estabelecendo-se objetivos para sua consecução. Na fundamentação teórica estão abordados os assuntos referentes ao tema proposto, tais como: definições de escrita, Paleografia, documentos de arquivo, manuscritos, conservação de documentos manuscritos, dificuldades nas leituras paleográficas e normas de transcrição.

Na metodologia foi abordado o tipo de estudo que se identifica como sendo uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo, onde o universo da pesquisa foram os pesquisadores que realizaram ou realizam pesquisas em documentos manuscritos, contendo ainda a coleta dos dados e por fim a organização dos dados. Na análise dos dados foi feita uma análise das respostas dos pesquisadores, e por fim as considerações finais, além das referências e apêndice.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica (revisão da literatura), em um trabalho científico, surge com o objetivo de embasar a pesquisa com base teórica e conceitual.

Nesse capítulo foram trabalhadas definições de escrita, paleografia, bem como suas evoluções históricas, os documentos de arquivos e manuscritos, as dificuldades na leitura e transcrição e as normas de transcrição.

2.1 A Escrita e sua Evolução

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004, p. 1.211) a escrita é definida como “representação da linguagem falada por meio de signos gráficos”, ou o conjunto de signos num sistema de escrita.

Para Higounet (2003, p. 9):

a escrita é, acima de tudo um procedimento do qual nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada, por essência fugidia. Diante de sua necessidade de um meio de expressão permanente o homem primitivo recorreu a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, nós, entalhes, desenhos.

Desse modo, o mesmo autor ainda afirma que a escrita,

É não apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. (HIGOUNET, 2003, p. 10)

Percebemos que a escrita apresentou cinco etapas importantes em sua evolução, são elas: a escrita pictográfica ou figurativa que era também conhecida como escrita embrionária, que representava um tipo de escrita rudimentar, identificados por símbolos e desenhos; a escrita mnemônica, que não é considerada uma escrita porque não são gravadas, mas são sinais que ajudam a memória através de uma representação visual de objetos; a escrita ideográfica, onde o homem consegue decompor as frases em palavras,

podemos destacar os caracteres hieróglifos e os cuneiformes; a escrita fonética, onde são representadas através dos sons das palavras, em que há a substituição dos desenhos por sinais correspondentes aos sons, ela se caracteriza por ser silábica ou alfabética; e as escritas de transição, onde podemos exemplificar como os hieróglifos dos egípcios, pois apresentam quatro classes de sinais: representação por objetos que produzem, ideias simbólicas, um som silábico e finalmente por uma letra.

Assim, temos os sumérios que, de acordo com Higounet (2003), foram os primeiros a registrar o conhecimento através da escrita cuneiforme, a escrita passou por várias transformações, incluindo-se os egípcios, povo que se expressava por meio de hieróglifos. Os chineses também tiveram papel importante na evolução da escrita, pois estabeleceram um tipo de escrita, específica de palavras, ou seja, para eles todas as palavras são monossilábicas, não necessitando de adjunção de prefixo e sufixo.

Já as escritas americanas pré-colombianas tendiam de sua escrita pictográfica, para um tipo de escrita de palavras, mas ocorreram tardiamente, pois seu conhecimento só se deu a partir do século III d.C. A conquista espanhola, no século XVI, impediu o desenvolvimento da escrita pré-colombiana, fazendo com que a decifração de alguns sinais ocorresse com dificuldade. Todas essas escritas, com exceção da chinesa, evoluíram para a escrita silábica, passando a integrar tanto as palavras quanto o som das sílabas.

Em relação ao surgimento do alfabeto podemos destacar o fenício, que se propagou através da cidade de Tiro, pelas atividades de navegação e fundação de colônias. O alfabeto fenício manteve as 22 letras do alfabeto arcaico. Daí surgiu às escritas aramaicas, o hebraico quadrado, árabe, sul-arábicas e etíopes, indianas, líbia e ibérica.

A evidência da escrita grega antiga foi baseada no modelo fenício do século IX a.C. Como a morfologia das palavras gregas eram diferentes dos fenícios, os gregos viram a necessidade de modificar algumas letras pois elas não apareciam em grego e vice-versa, e as que sobraram foram redefinidas de acordo com as necessidades da língua grega. Transcrevendo vogais e consoantes eles puderam completar a invenção do alfabeto. Com o alfabeto grego surgiu também o alfabeto copta (nome dado a população

e a língua do Egito antigo), gótico e eslavo. Logo depois veio a escrita rúnica (escrita antiga dos germânicos).

No final do século VII e início do século VI a.C surge a escrita latina, com inscrições numa pedra negra do antigo fórum romano e da fíbula de ouro de Prenesta, escritas para a direita e para a esquerda, mas a que prevaleceu foi a escrita para a direita.

Segundo Horcardes (2004, p. 24), “em 700 a.C o alfabeto latino aparece. Descendente direto do grego arcaico, ainda era escrito da direita para a esquerda, da esquerda para a direita e em *boustrofedon* (ziguezague)”.

As escritas romanas em uso no ano 100 d.C, eram classificadas em Capitalis Romana ou Capitalis Monumentalis, escrita Quadrata, Escrita Rústica Romana e a Cursiva Romana, essa escrita era feita com pena de ponta fina. A partir das transformações ocorridas na escrita romana no século II e III, surgem as escritas pré-carolíngias e as carolíngias (século IX).

A escrita carolíngia é, portanto, Segundo Higounet (2003, p. 127) de todas as escritas latinas, “aquela que teve o futuro mais longo, o mais estável, o mais universal, e que tem para nós o interesse mais atual”. Ele ainda afirma que:

A segunda metade do século IX e o início do século X foram a época clássica da escrita carolíngia. Suas características de regularidade e de clareza afirmaram-se nessa época e seu uso se estendeu dos livros para os documentos: ela se tornou a escrita corrente do mundo franco.

Segundo Acioli (1994), podemos apresentar a evolução da escrita latina, da qual a escrita em Portugal e, conseqüentemente, a escrita no Brasil, descendem, da seguinte forma:

a) PERÍODO GREGO-LATINO (Séc. I ao VI d.C.):

A **Escrita Capital** dominou os séculos I ao V, e era usada em monumentos e manuscritos. Ela se desdobrava em *Capital Quadrada* ou *Elegante* usada no início da Era Cristã; *Capital Rústica* presente nos séculos I a IV e usada em textos legislativos e

documentos diversos; *Capital Cursiva* usada em documentos que não exigiam uma escrita bem cuidada, como exemplo, cartas, poemas, etc.



Figura 1: Escrita Capital Quadrada ou Elegante
Fonte: Acioli (1994)

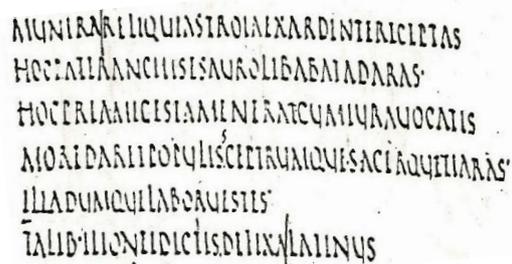


Figura 2: Escrita Capital Rústica
Fonte: Acioli (1994)

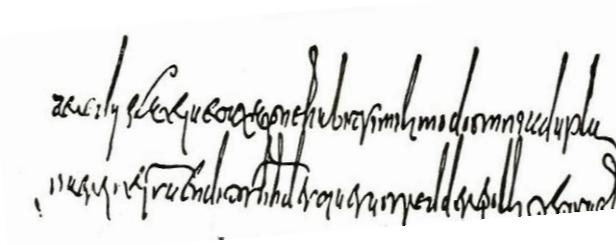


Figura 3: Escrita Capital Cursiva
Fonte: Acioli (1994)

Outra escrita deste período é a escrita Uncial, por volta do século IV ao VI, que introduziu as linhas curvas na escrita latina.



Figura 4: Escrita Uncial
Fonte: Acioli (1994)

As escritas “Nacionais”, surgidas no século IV e se estendeu até o século XII, são derivadas da capital cursiva minúscula. A denominação de “nacionais” foi dada erroneamente, por acreditar que com a queda do Império Romano teria surgido os

estados nacionais. São elas: a **Visigótica**, século V, usada na Península Ibérica pelos visigodos; a **Lombarda**, século XII ao XIII, usada na Lombardia, norte da Itália (Milão) e que deu origem a escrita **Curial** usada nos documentos papais; a **Merovíngia** usada na região da Gália (França) pelos francos; e, a **Irlandesa** nas ilhas britânicas.

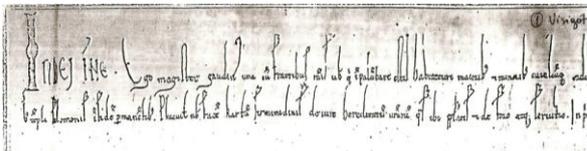


Figura 5: Escrita Visigótica
Fonte: Acioli (1994)

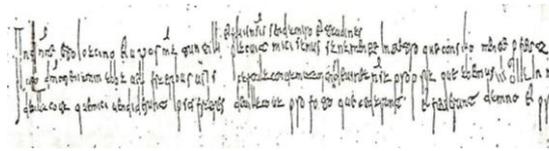


Figura 6: Escrita Lombarda
Fonte: Acioli (1994)

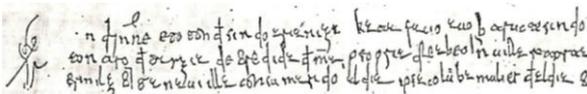


Figura 7: Escrita Capital Quadrada ou Elegante
Fonte: Acioli (1994)

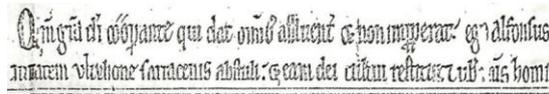


Figura 8: Escrita Irlandesa
Fonte: Acioli (1994)

b) PERÍODO ROMANO (séc. VIII –XI)

Destacamos a **Escrita Carolina** que aparece no final do séc. VIII e usada em quase toda a Europa, exceto Irlanda, Itália e parte da península ibérica.

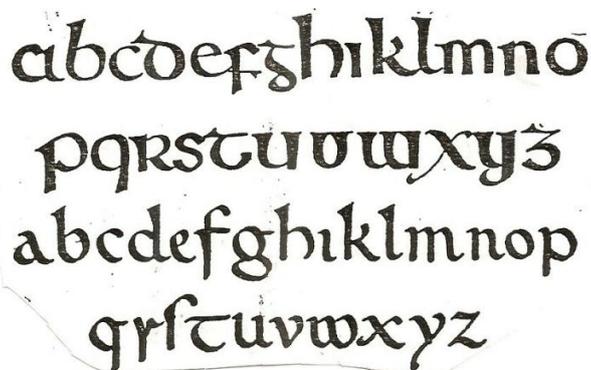


Figura 9: Escrita Carolina
Fonte: Acioli (1994)

c) PERÍODO GÓTICO (século XI – XV)

A **Escrita Gótica** derivada da arquitetura, cuja característica é o arco quebrado.

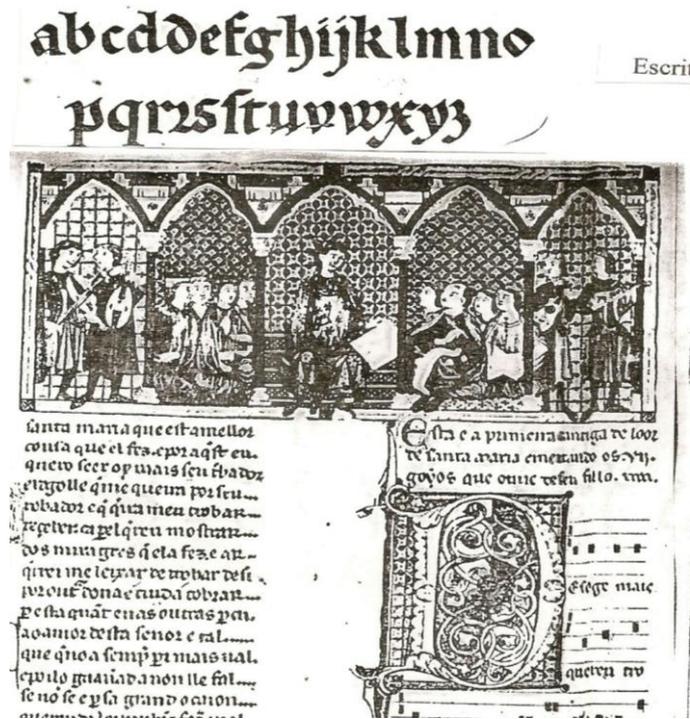


Figura 10: Escrita Gótica
Fonte: Acioli (1994)

d) PERÍODO HUMANÍSTICO (Séc. XV)

Neste período, destacamos a **Escrita Humanística** usada pelos renascentistas, com seu belo estilo. O nome dessa escrita vem dos humanistas italianos que a introduziram e a aplicaram na prática. Sua procedência é encontrada na letra Carolina. E a escrita **Processada ou Processual** que é uma degeneração da cortesã (derivada da escrita gótica cursiva na Espanha), criada pelos escrivães das cortes de Castela para produzir em grande quantidade os documentos, pelos quais eram pagos.



Figura 11: Escrita Gótica
Fonte: Horcades (2004)

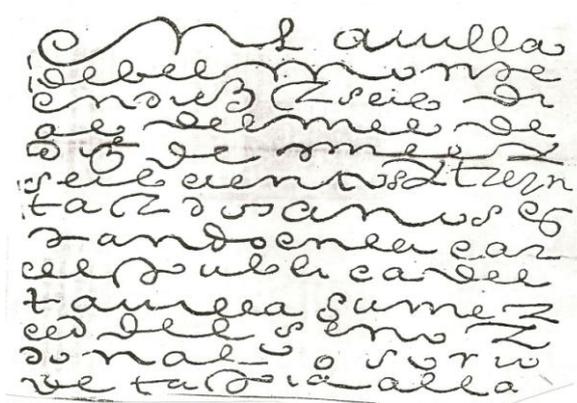


Figura 12: Escrita Processada
Fonte: Acioli (1994)

A escrita alfabética chegou ao Brasil com os portugueses, no século XVI. Esta escrita era eclética, pois se podem encontrar documentos com escrita **assentada** (letras separadas e bem traçadas), **cursiva** e **processada**. Um exemplo da processada é a carta de Pero Vaz de Caminha comunicando ao Rei, a “descoberta” de novas terras.

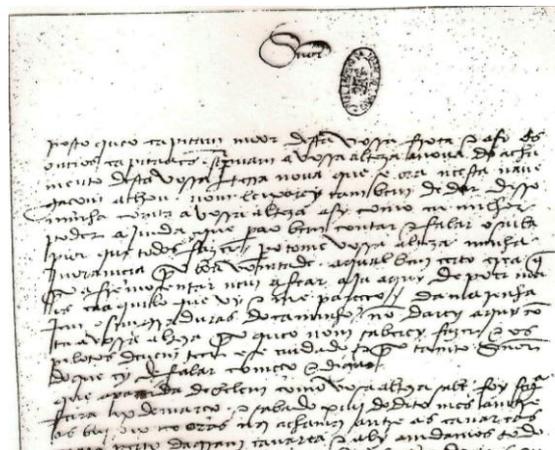


Figura 13: Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha
Fonte: Revista FESPI (1997)

As características paleográficas desta escrita são:

- A letra e, aparece um traço oblíquo encurvado e um ponto superposto a seu lado direito ().
- A letra e, quando conjunção ou no início das palavras, apresenta à sua direita um apóstrofo parecendo um sinal diacrítico (è).
- O d, com haste descendente virada para a direita ().
- O h tem aspecto de E maiúsculo ().
- O st, emendados por cima ().
- O z com haste virada para a direita ().
- O r representa uma única curva (). Quando junto do p é comum emendar-se por cima ().
- A letra s, quando dobrada, a primeira delas é longa e a segunda é curta ().
- Quase não existe distinção entre o traçado do s e do z, ora o primeiro aparece com haste, tornando-se longo, ora o segundo aparece sem haste, tornando-se curto ( = s ou z,  = s ou z).
- As letras **u** e **v** são confundidas, devido a seu traçado.

E as características ortográficas consistem em:

- As letras dobradas eram: **r, s, f, l, n, t, c, m.**
- A substituição do **i** por **j** e vice-versa.
- Separação irregular das palavras.
- O til, com forma de apóstrofo, é usado para suprimir as letras **m** ou **n** nas sílabas nasais.
- A pontuação resume-se em vírgula, ponto e vírgula e ponto; e os períodos são longos.
- Inversões nas palavras cuja as escritas terminam com **ões**, **ao**: Ex: coleções = coleçãoens.
- Usava-se o **c** com cedilha antes do **e** e **i**, e até mesmo do **h**.
- O **e**, quando verbo **ser**, vem precedido de um **h**, enquanto o verbo **haver**, geralmente vem sem ele.

- As sílabas, como **par, per, por, ter**, entre outras formas, são usadas com as duas últimas letras trocadas.

Nos séculos subsequentes, ocorre uma diminuição no uso das abreviaturas tornando a escrita mais compreensível. Assim, no século XIX, a escrita possui traçado regular, com distribuição perfeita na página, espaços bem ocupados e pouco uso de abreviaturas.

Isso nos mostra a grande importância que a escrita teve e tem até hoje, passando por grandes transformações. E somente a Paleografia pode nos dar a compreensão dessa evolução.

2.2 Documentos de Arquivo

O documento de arquivo, para Cunha (2008, p. 133) é definido como um “documento que, produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou de informação”.

O Diccionario de Terminologia Archivística (1993), elaborado por la Dirección de Archivos Estatales Españoles, define o documento de arquivo como “um testimonio material de um hecho o acto realizado em el ejercicio de sus funciones por personas físicas o jurídicas, públicas o privadas, de acuerdo com unas características de tipo material y formal”.

Enquanto Fuster Ruiz (1999, p. 105) define o documento de arquivo em todos os seus caracteres, internos e externos e sua relação com a entidade produtora, como:

[...] toda expresión testimonial em cualquier lenguaje, forma o soporte (forma oral o escrita, testual o gráfica, manuscrita o impresa, em lenguaje natural o codificado, em cualquier soporte documental así como em cualquier outra expresión gráfica, sonora, em imagen o electrónica), generalmente em ejemplar único, (aunque puede ser multicopiado o difundido em imprenta), [...].

O mesmo autor ainda define documento de arquivo como:

[...] de carácter auténtico, objetivo e imparcial, esencialmente administrativo y/o jurídico, generado em cualquier fecha, de forma automática y espontánea, conservado, íntegro em forma original, indivisible, seriado o unido a otros de su especie por um vínculo originario y necesario, interdependiente o interrelacionado (condicionando a los demás y siendo por ellos condicionado), y formando parte de um fondo o conjunto orgánico[...].

Em relação à entidade produtora, o mesmo autor define documento de arquivo como [...] producido, recibido y acumulado, como resultado del proceso natural de la actividad o gestión de uma persona o entidad pública o privada, em cumplimiento de sus funciones o fines jurídicos y/o administrativos y conservado como prueba, informacion y continuidad de gestión.

Assim, podemos entender que os documentos, independente da espécie, tipo, gênero, produzidos e acumulados constituem em produto de arquivo públicos e privados, pessoais/familiares e institucionais.

2.2.1 Documentos Manuscritos

O documento manuscrito é definido, segundo Cunha (2008), como um “texto escrito à mão, de valor histórico ou literário”. No site Tipográficos.net¹, os manuscritos são definidos como um “documento escrito à mão, tradução literal do latim *manu scriptum*, em oposição a documentos impressos ou reproduzidos de outras maneiras, como por exemplo, por tipografia ou por litografia”.

Segundo Sánchez Mariana, (apud FERREIRA, 2009, p. 4):

foi a partir do século XVI, que os códices medievais começaram a ser estudados e valorizados, como testemunhos culturais do passado. A este respeito refere-se o grande incremento da Paleografia no sentido da sua afirmação como “ciência”, e o contributo do movimento humanista na leitura, fixação do texto e procura da mais correta interpretação, é ainda a ênfase que se foi dando ao problema da integridade dos textos antigos.

Para Ferreira (2009, p. 5) a característica essencial do documento manuscrito é:

¹ Site responsável por umas das definições de **manuscritos**. Disponível em: <<http://tipografos.net/glossario/manuscrito.html>>.

[...] a sua heterogeneidade formal, concretamente os níveis de apresentação muito variáveis da informação, no que toca a título/autor/data (não explícitos ou inexistentes), o facto de ser habitual não ter sido elaborada uma “folha de rosto”, onde se possam detectar inequivocadamente os elementos de data e local de redação, [...].

Não se pode entender o que se está escrito, em um documento manuscrito, se não tiver certo conhecimento sobre a ciência denominada de Paleografia. Essa ciência é fundamental em áreas de conhecimento como História, Direito, Arquivologia, dentre outras, que englobam a informação registrada em um documento manuscrito.

Por isso, a Paleografia é de fundamental importância para a compreensão e interpretação das informações contidas nos documentos manuscritos, tornando a sua leitura mais precisa e eficiente. Contudo, essa documentação necessita de cuidados especiais para a sua conservação.

2.3 Conservação dos documentos manuscritos

A conservação dos documentos permanentes, nos quais estão inseridos os manuscritos, exigem atenção especial em relação a sua conservação, que vai desde ações preventivas até ações com procedimentos interventivos, que vão reforçar a sua preservação.

Mas, os documentos manuscritos necessitam de cuidados específicos, pois o papel é uma substância orgânica composta de fibras da celulose das plantas; por causa de sua natureza orgânica, o papel deteriorar-se-á se não corretamente ou armazenado. Os papéis feitos no período que começa no século XII e que termina com o meio do século XIX eram fortes e duráveis; e muitos livros e originais publicados antes de 1850 estão ainda em condições excelentes. O papel moderno é feito geralmente das fibras de madeira que foram moídas mecanicamente para a impressão de jornais ou produzidos quimicamente para livros e papéis de escrita. Alguns papéis mais finos contêm também fibras do algodão ou do linho. A maioria de papéis modernos, a menos que estejam livre de ácidos ou sejam classificados como de durabilidade permanente, têm uma vida útil prevista de menos de 50 anos.

Em relação aos papéis modernos, a deterioração rápida desses papéis resulta do uso dos ácidos que quebram as fibras da celulose em pedaços sempre mais curtos,

enfraquecendo desse modo o papel. A deterioração ácida conhecida como “fogo Lento” pode ser acompanhada pela descoloração amarelada ou marrom, uma circunstância causada pelo uso de compostos como os agentes de cola que geram o ácido sulfúrico quando a umidade atmosférica está normal. O uso de celulose de baixo padrão e de fibras de madeira impuras ao invés de polpa quimicamente purificada é outro fator na deterioração de papel moderno.

O acondicionamento também é um fator importante para a conservação por que se um documento não estiver bem acondicionado ele poderá sofrer ações do tempo, de agentes biológicos (traças, cupins, etc.), como também de fatores físicos (luz solar, umidade) e químicos (acidez, alcalinidade), dentre outros.

De acordo com Silva (1984, p. 52), o local de armazenamento desses documentos deve estar com a temperatura relativa do ar controlada entre 18^oC a 21^oC e a umidade deve estar em torno de 50% a 60%. Mas, sabemos que a realidade nos arquivos brasileiros ainda está muito distante dessa realidade.

Contudo o que vemos nos arquivos realmente, também são documentos mal acondicionados, sem qualquer tratamento específico realizado por especialista da área (restaurador). Muitas vezes se recebem tratamento, este é realizado por profissionais das instituições sem experiência o que acaba por danificar ainda mais os documentos contidos na instituição.

Segundo Acioli (2003, p. 2):

Todos que lidam com documentos manuscritos no Brasil, sabem que o quadro é desolador na maioria dos estados. É necessário que sejam conscientizados os poderes públicos responsáveis, como o Judiciário, o Ministério da Fazenda, a Igreja, etc., para desenvolverem, a curto prazo, uma política de conservação e restauração dos documentos que ainda restam.

Portanto, a conservação dos documentos permanentes, em especial os manuscritos é de fundamental importância para a preservação da memória de qualquer entidade custodiadora desses documentos. Sem uma conservação adequada, esses documentos podem perder a informação contida neles, tornando o seu acesso mais difícil.

2.4 Paleografia

2.4.1 Definições

Cambráia (2005, p.23 apud ANDRADE, 2011, p. 1743) entende Paleografia como:

Estudo das escritas antigas e afirma que, modernamente, ela tem finalidade tanto teórica quanto pragmática. Teórica porque se preocupa em entender como se constitui sócio-historicamente o sistema de escrita. Pragmática porque visa capacitar os leitores modernos a avaliarem a autenticidade de um documento com base na sua escrita, além de interpretar de maneira adequada as escritas antigas.

De acordo com Cunha (2008) a Paleografia é definida como uma “ciência que estuda as escritas antigas e procura decifrá-las e interpretá-las”. Para Spina (1977 apud TONIAZZO, 2009), referindo-se a etimologia da palavra Paleografia que é “originária do grego e significa *palaios* = antigo e *graphien* = grafia.

Já Acioli (1994, p. 5 apud TONIAZZO, 2009), define a Paleografia como o “estudo da escrita feita sobre material brando ou macio, como as tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho, o papel, podendo recorrer aos conhecimentos de ciências afins e vice-versa”.

Ao analisarmos os conceitos acima citados podemos perceber que a Paleografia não serve só para a leitura de manuscritos antigos, mas também para entender, datá-los, verificar sua procedência e questionar, quando possível à autenticidade.

2.4.2 Breve histórico

De acordo com Berwanger (2008), o nascimento da Paleografia deu-se no século XVII. Na Idade Média e Renascimento, aparece razoável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc.), mas sem pretensões de tratados críticos e não se preocupando em estabelecer uma classificação científica ou a determinação da antiguidade das escritas.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) vem provocar um intenso labor em terreno da disciplina, devido a uma verdadeira avalanche de documentos falsos e

falsificados que exigem de juízes e tribunais um exaustivo trabalho de crítica. Controvérsias e polêmicas ocorreram na Alemanha, Itália, França e Inglaterra sobre direitos feudais e eclesiásticos, cujos documentos depositados em arquivos particulares e nos mosteiros foram qualificados de falsos. Foi o que se denominou de “Guerra Diplomática”.

A Paleografia em si surgiria logo após, como veremos. A sua história pode ser dividida em dois períodos: o de formação (fins do século XVII e primeiro quartel do século XVIII) e o de afirmação (daí até nossos dias).

Logo no início, a Paleografia confunde-se com a Diplomática. Elas vão desabrochar graças a uma polêmica entre religiosos. Assim é que os padres da Companhia de Jesus haviam formado, em Antuérpia, um grupo encarregado da publicação de uma fundamental coleção sobre a vida de santos: os *Acta Sanctorum*. Os planos iniciais foram do padre Heribert Rosweyde (1569-1665) a iniciativa da publicação dos primeiros volumes, dando também nome ao grupo que se dedicava à grande tarefa de “bollandistas”. Foi seu colaborador e sucessor o padre holandês Daniele Van Papenbroek (1628-1714), que esteve em Roma, em 1661, apresentando ao Papa Alexandre VII os seus planos. Em viagem, tendo de permanecer em Tréveris (Alemanha), visitou arquivos de mosteiros e igrejas, constatando a existência de alguns documentos falsos. Prosseguindo em suas pesquisas, publicou, em 1675, o *Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis* (Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos), como prefácio ao segundo volume dos *Acta Sanctorum*.

Tratava-se de uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses, especialmente os da Abadia de Saint-Germain-des-Prés, próxima a Paris e habitada pelos monges da Congregação de São Mauro. Assim, esta obra também dava normas da crítica diplomática. A secular tradição beneditina ficava, portanto, abalada em seus fundamentos. Um de seus membros, D. Jean Mabillon (1632-1707) preparou a defesa durante seis anos, publicada em 1681, sob o título *De re diplomática libri VI*. A obra refuta a de Papenbroek e foi recebida com grande admiração pelo próprio opositor, assinalando o nascimento da Diplomática e da Paleografia. Baseado em grande acervo de manuscritos e diplomas, o autor estabelece os princípios básicos da diplomática. Nos

quatro últimos capítulos, encontra-se assunto realmente paleográfico: matéria base da escrita antiga e, sobretudo, uma classificação sistemática das escritas. O trabalho é considerado o primeiro tratado de Paleografia, muito embora sofresse várias contestações de contemporâneos.

Na obra de Mabillon, ainda não aparece o termo Paleografia, mas surge pela primeira vez, ao final do século XVII, na obra de Maurino Bernard de Montfaucon, intitulada *Paleographia graeca sive de ortu et processu litterarum graecarum* (Paris, 1708).

Na segunda metade do século XVIII, os estudos paleográficos tomaram vulto e passaram a constituir cátedras universitárias. Finalmente ressaltou-se três fatos importantes que caracterizam o período na História da Paleografia, isto é, o período moderno iniciado em fins do século XVIII e desenvolvido no começo do século XIX:

- a) a Paleografia latina afirma-se como ciência distinta das outras;
- b) é aplicada a fotografia na reprodução dos fac-símiles;
- c) novos materiais paleográficos são descobertos, inclusive palimpsestos.

Após o final da primeira metade do século XX, a Paleografia passou a ser vista como uma técnica, com fins mais pragmáticos e objetivos, cada vez mais incorporada aos currículos universitários, deixando de ser uso exclusivo e domínio de poucos.

2.4.3 Divisões da Paleografia

Quanto ao trabalho desenvolvido, a Paleografia divide-se em:

- a) elementar: quando trata somente da leitura; e
- b) crítica: quando procura deduzir informações sobre material, época, tipo de escrita, tintas, autores etc.

Em relação à ciência que apoia, compreende as seguintes divisões:

- a) Paleografia diplomática: que se ocupa do texto de documentos antigos;

- b) Paleografia bibliográfica: que estuda gêneros de letras em livros anteriores ao descobrimento da imprensa;
- c) Paleografia numismática: que estuda inscrições em moedas, medalhas;
- d) Paleografia epigráfica: que estuda a escrita de lápides e inscrições.

Em relação ao tempo em que foram lavrados os documentos, a Paleografia classifica-se em:

- a) antiga;
- b) medieval;
- c) moderna.

Hoje se aplicam as técnicas paleográficas a documentos contemporâneos, desde que o manuscrito seja incompreensível à leitura.

2.4.4 Relações da Paleografia com outras ciências

A Paleografia se inter-relaciona com várias outras ciências, primeiramente com duas delas que foram desmembradas:

- a) a Papirologia, que é o estudo de documentos em papiro., especialmente de origem egípcia;
- b) a Codicologia, que estuda os códices medievais, geralmente grafados em pergaminhos.

Também se vinculam à Paleografia, como ciências afins:

- a) a Epigrafia, que trata das inscrições em matérias não brandas (pedra, mármore, osso, madeira, metais). Tanto a Epigrafia como um apêndice da Paleografia;
- b) a Numismática, que cuida de moedas, medalhas que costumam ter datas, fatos escritos, estabelecendo comparações;
- c) a Sigilografia: que estuda sinetes, selos, lacres onde existe informação escrita. É sinônimo de Esfragística;

- d) a História dos Incunábulos: que estuda os primeiros livros impressos no século XV por Gutenberg e ou precursores da imprensa.

A Paleografia é auxiliada por algumas ciências que ao mesmo tempo ela também lhes presta serviços. São elas:

- a) a Diplomática, que nasceu junto com a Paleografia, mas que dela se separou, mais tarde, mantendo, entretanto, com ela, inúmeras relações de interdependência;
- b) a Filologia, que estuda a evolução da escrita das línguas juntamente com Linguística;
- c) a História que, sem o concurso da Paleografia, não poderia reconstituir registros e fatos de diferentes períodos históricos, sobretudo os mais antigos.

Enfim, estabelecendo relação direta com as gerações passadas, a Paleografia auxilia na compreensão das antigas instituições, seus costumes, literatura, crenças, modo de ser etc.

É muito importante nas relações internacionais, pois serve nas questões de limites, fornecendo informações para elucidar divergências judiciais. Contribuindo para o estudo da evolução das línguas, presta serviço à Filologia. E, ao facilitar a compreensão de conteúdo dos documentos, configura-se como ciência auxiliar da História.

A Paleografia tem relação estreita com o Direito e a Arquivologia. O Direito em razão de a Paleografia ler documentos manuscritos, principalmente os cartoriais do passado, subsidiando disputas judiciais.

No que se refere à Arquivologia, indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento.

2.5 Dificuldades da Leitura Paleográfica

Segundo Berwanger e Leal (2008), o estudioso da leitura paleográfica deve conhecer, antes de tudo, não só a língua em que o documento foi escrito como também a língua na época da inscrição.

Além disso, de acordo com os autores acima referidos, devemos observar cuidadosamente à base da escrita, a tinta, a grafia das palavras, a caligrafia, a pautação, os parágrafos, a pontuação, a numeração, bem como as eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros aspectos.

a) Quanto à base da escrita

O pesquisador deve considerar primeiramente a qualidade do material. Se o material for absorvente, a tinta pode espalhar-se, dificultando a leitura do documento. É bom lembrar-se de que, mesmo sem ser absorvente, a tinta se espalha com o passar dos anos.

O estado do documento é outro aspecto importante. O documento pode apresentar-se incompleto, por estar rasgado, queimado ou com folhas perdidas. Nesse caso, não se tem muitos recursos para a leitura. Pode ainda estar corroído (por insetos ou pela própria tinta) ou manchado (por água, ácido, borrões, manchas escuras).

b) Quanto à tinta

Com a ação do tempo, a tinta pode danificar o documento. As tintas corrosivas, tintas antigas, à base de vitríolo, cortam a base da escrita, ao longo do tracejado das letras.

As laváveis são tintas que não possuem fixador. Sofrem a ação da umidade atmosférica, de banhos acidentais, goteiras etc. A ação do tempo transfere a tinta para outra página.

As descoráveis perdem a cor ao longo dos anos ou sob a ação da luz.

Os escritos podem apresentar-se corroídos, lavados e descorados. A corrosão da tinta danifica sobremaneira o documento. Às vezes, pelo contorno da corrosão, pode-se recompor a letra.

No caso de documentos lavados e descolorados, existem processos químicos e físicos para auxiliar a leitura. Substâncias químicas atuam no documento por reação, mas a leitura deve ser rápida porque a ação desses produtos dura pouco. Após a aplicação dessas substâncias, o documento fica inutilizado.

Os processos físicos compreendem os raios ultravioletas e a fotografia com raio infravermelho. A leitura se faz através das fotografias que se obtêm.

c) Quanto ao vocabulário, grafia e abreviaturas

O paleógrafo deve ter conhecimento do vocabulário, grafia, abreviaturas e terminologia da época do documento. Seguem-se alguns exemplos.

➤ Vocabulários arcaicos:

- alfaia: móvel ou ornato da casa;
- arrátel: medida de peso, equivalente a mais ou menos 16 onças;
- baeta: tecido grosso, de lã;
- bombazina: tecido de algodão ou linho;
- chapim: antigo calçado de sola alta;
- fato: terno, fatiota;
- feixo: cerca, tapada;
- físico: médico;
- fogo: casa habitada, família, fogo;
- fôrro: livre (escravo forro);
- mador: mandador ou mandante;
- medíocre: pessoa de conhecimento mediano;
- pataca: moeda de 320 réis;
- traficante: comerciante de produtos da terra.

➤ Grafia arcaica

- cappa: capa;
- foy: foi;
- he, hera: é, era;

- hir: ir;
- pay, paj: pai;
- phthysica: tísica;
- te, té, the, athe, athé, atthé: até;
- sappato: sapato;
- thio: tio;
- amarão: amaram;
- assynei: assinei;
- cessenta: sessenta;
- dino: digno;
- exegar: e chegar;
- fassa: faça;
- onroza: honrosa;
- pessuio: possuo;
- sumiterio: cemitério;
- vaqua: vaca;
- pesso: peço;
- lanxa: lancha;
- instroçõens: instruções;
- disgrassa: desgraça;
- suçeço: sucesso;
- feé: fé;
- boaz: boas;
- emgenheiro: engenheiro;

➤ Abreviaturas

O uso das abreviaturas, por economia, é adotado desde a época do Império Romano. No entanto, o código de Justiniano proibiu a sua utilização em documentos jurídicos. Após o século IX d.C, há um modismo em abreviar palavras, mas nos séculos XII e XIII tomaram-se providências no sentido de proibir as abreviatura. Com o Renascimento, dá-se um surto de seu uso, criando-se, inclusive, tabelas de abreviaturas no século XVI. No reinado de D. Diniz, fez-se a lei interditando as abreviaturas na

documentação oficial. Se a letra estiver invertida ou de cabeça para baixo, significa palavra no feminino. A verdade é que elas dificultam a transcrição paleográfica.

A classificação das abreviaturas é a seguinte:

- *Siglas*: a palavra é representada pela letra inicial. Se a letra vier dobrada, significa que a palavra está no plural ou superlativo. Se a letra estiver invertida ou de cabeça para baixo, significa palavra no feminino. Às vezes, as abreviaturas aparecem também com sinais:

- M = Maria;
- q = que;
- MM = Meritíssimo;
- AA = Augustos;
- I.N.R.I. = Iesus Nazareno Rex Iudeorum;
- t = Teresa;
- ⊖ = Emília;
- J = Fernanda.

- *Suspensão ou apócope*: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim, fica inacabada. As palavras mais corriqueiras é que são abreviadas. Por exemplo:

- Imp = Imperador;
- drt = Direito;
- cjt = conjunto;
- Chr = Cristo;
- Tb = também.

- *Contração ou síncope*: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra:

- Sr. = Senhor;
- Dr. = Doutor;
- gla. = glória;

- bta. = beata.
- *Letras sobrescritas*: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura:
 - aq^a = água
 - X^o = Cristo
- *Sinais especiais*: são sinais que se colocam no início, meio ou fim da palavra, significando uma sílaba ou ausência de uma letra:
 - Ds = Deus
 - ÷ ou % = est (é)
 - p̄ = per
- *Notas tironianas ou taquigrafia*: inventadas por um escravo liberto que pertencia a Cícero, de nome Tiro, que anotava seus discursos através de sinais. As notas tironianas (ou taquigrafia) foram usadas desde o Império Romano até o século X, quando entraram em decadência. É muito raro encontrá-las em documentação brasileira. Exemplos:
 - q = quem;
 - tbem = também;
 - ḡpañã = companhia;
 - Filiḡ = filius;

Seguem-se exemplos gerais de abreviaturas comuns em manuscritos de língua portuguesa:

- A.D.: Annus Domini;
- D.: dom, dona;
- Novr^o, IXbro ou 9bro: novembro;
- PP: papa;
- SS: santíssimo;
- Xp, pto: Cristo;

- Alz^o: Álvares;
- Cappes: capitães;
- d^o: dito;
- liça, lissa: licença;
- Lx: Lisboa;
- Glz: Gonçalves;
- mss: manuscritos;
- mto: muito;
- P^o: Pedro;
- Pr^a: Pereira;
- Reg^o: Registro;
- S. Payo: Sampaio;
- Servo: serviço;
- tt^{as}: testemunhas;
- F^{ta} e Rg^{da}: Feita e Registrada;
- Cr: criadas;
- dez^o: dezembro;
- S^a: Silva;
- XPINA: Cristina;
- Roriz: Rodrigues;
- Mq^{es}: Marques;
- Ct^a: Costa

2.6 Normas técnicas para transcrição e edição de Documentos Manuscritos

Berwanger e Leal (2008) revelam a história da criação das normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Segundo estes autores, foram durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 1990, foram preconizadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Na ocasião tais normas foram elaboradas por Antonio Houaiss (da Academia Brasileira de Letras), Heloisa Liberalli Bellotto (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (do Arquivo Nacional), João Eurípedes Franklin Leal

(da Universidade do Rio de Janeiro), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Roseli Santaella Stella (Faculdade Cruzeiro do Sul de São Paulo e Yêda Dias Lima) (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

O objetivo das normas é fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniformizá-las.

Em 16 e 17 de setembro de 1993, durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, também em São Paulo, deu-se a reformulação das normas anteriores elaboradas.

Transcreveremos, a seguir, as normas aprovadas, que passaram a vigorar a partir de 1993.

a) Grafia

Quanto à grafia, seguir-se-ão os seguintes critérios:

- Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê) mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).
- As letras serão grafadas na forma usual, independentemente de seu valor fonético.
- O s caudado, escrito com os sinais, , serão transcritos como SS ou s respectivamente.
- O R e S maiúsculo, com som RR e SS, serão transcritos R e S maiúsculos respectivamente.
- As letras ramistas b, v, u, i e j serão mantidos como no manuscrito.
- Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

- Nos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometem a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic.], entre colchetes e grifada.
- As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.
- As abreviaturas ainda usuais na atualidade ou de fácil reconhecimento poderão ser mantidas.
- Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, da seguinte forma: Ꝛ, scilicet = a saber ou convém a saber, &r^a = etc., ✠ = Cristo.
- Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.
- O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m e n, será mantido.
- Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].
- A acentuação será conforme o original.
- A pontuação original será mantida.
- As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.
- A ortografia será mantida na íntegra, não efetuando nenhuma correção gramatical.

b) Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

- As palavras que se apresentem parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

- As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].
- Linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroída entre colchetes e grifada e com a menção aproximada se seu número: [corroídas ± 6 linhas].
- Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que complementam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais < ...>.
- Quando não forem autógrafos, serão indicadas em nota de rodapé.
- As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou sequência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.
- As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

c) Assinaturas

- As assinaturas em raso ou por extenso e rubricas serão transcritas em grifo.
- Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

d) Documentos mistos

- Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas, etc.

e) Selos, estampilhas etc.

- Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados, desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

- Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas, 200 rs.].

f) referências

- Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de: datação e resumo de conteúdo.
- Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição
- Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, segunda via, etc.

g) Apresentação gráfica

- A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.
- Será respeitada a divisão paragrafada do original.
- As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando-se sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3]. [fl. 3v].
- Se o original não for numerado, caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos em grifo e entre colchetes: [fl.4], [fl. 4v].

h) Observações

- Toda edição de documentos deverá ser precedida de um texto preliminar em que se especificará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*.
- É recomendável a utilização de índice remissivo.

João E. Franklin Leal condensou, a seguir, as Normas para Transcrição Paleográfica de Textos Brasileiros:

- 1) A transcrição deve seguir o modelo de translineação, com numeração sequencial de cinco em cinco até o final do documento e colocada à margem esquerda. Caso a linha do manuscrito exceda a pauta correspondente, será utilizada a pauta imediata somente para seu uso e sem numeração;
- 2) A divisão paragrafada do original será respeitada;
- 3) As abreviaturas podem ser desenvolvidas, mas todos os acréscimos serão em itálico ou grifados. As abreviaturas ainda usuais e as de fácil reconhecimento deverão ser mantidas;
- 4) A ortografia será respeitada e mantida fiel ao manuscrito;
- 5) A acentuação e a pontuação serão mantidas conforme o original;
- 6) As letras ramistas v, u, b, i, j serão reproduzidas como no original;
- 7) Os algarismos arábicos e os numerais romanos serão mantidos na forma de época;
- 8) Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as letras ou sílabas grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se os pronomes enclíticos, mesoclíticos e proclíticos, que deverão ser mantidos ao verbo caso assim se apresentem;
- 9) Os sinais especiais de origem latina como *scilicet*, etc., letras monogramáticas e símbolos deverão ser reproduzidos no texto em desdobramentos;
- 10) Os sinais de resto de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, em itálico ou grifados;

- 11) O sinal de nasalização ou til será mantido, desde que represente o valor *m* ou *n*, sem desdobramentos;
- 12) As entrelinhas e notas marginais autógrafas serão inseridas no texto, no seu devido lugar, entre barras oblíquas opostas <...>. Caso não sejam autógrafas, serão indicadas em nota de rodapé;
- 13) As anotações à margem serão transcritas em seu devido lugar como texto individualizado;
- 14) As letras ou palavras de leitura duvidosa serão transcritas entre colchetes seguidas de interrogação [.....?];
- 15) As letras ou palavras ilegíveis ou corroídas, mas cuja reconstituição da informação se faz com segurança, serão transcritas entre colchetes e em grifos;
- 16) As letras ou palavras ilegíveis de forma irrecuperável serão indicadas entre colchetes pela palavra ilegível em grifos ilegível.
- 17) As letras ou palavras corroídas por razões técnicas serão indicadas entre colchetes pela palavra corroído em grifos [corroído]. Caso o dano seja extenso, pode-se-á acrescentar, ainda em colchetes, a dimensão do mesmo, explicitando o número de palavras ou linhas comprometidas [corroído, 7 linhas] ou [ilegível, 2 linhas].
- 18) A existência de sinais públicos, rubrica, selo, sinete, estampilha, espaço em branco etc. será indicada entre colchetes e em grifo [selo real].

Recomendações para a transcrição paleográfica

- Realizar a transcrição com o *maior cuidado e sem pressa*;
- Reproduzir o documento *tal qual foi feito* pelo autor;
- Respeitar a *ortografia da época* do documento;
- Não passar para a forma gráfica *atual*;
- Respeitar as *peculiaridades* do manuscrito;

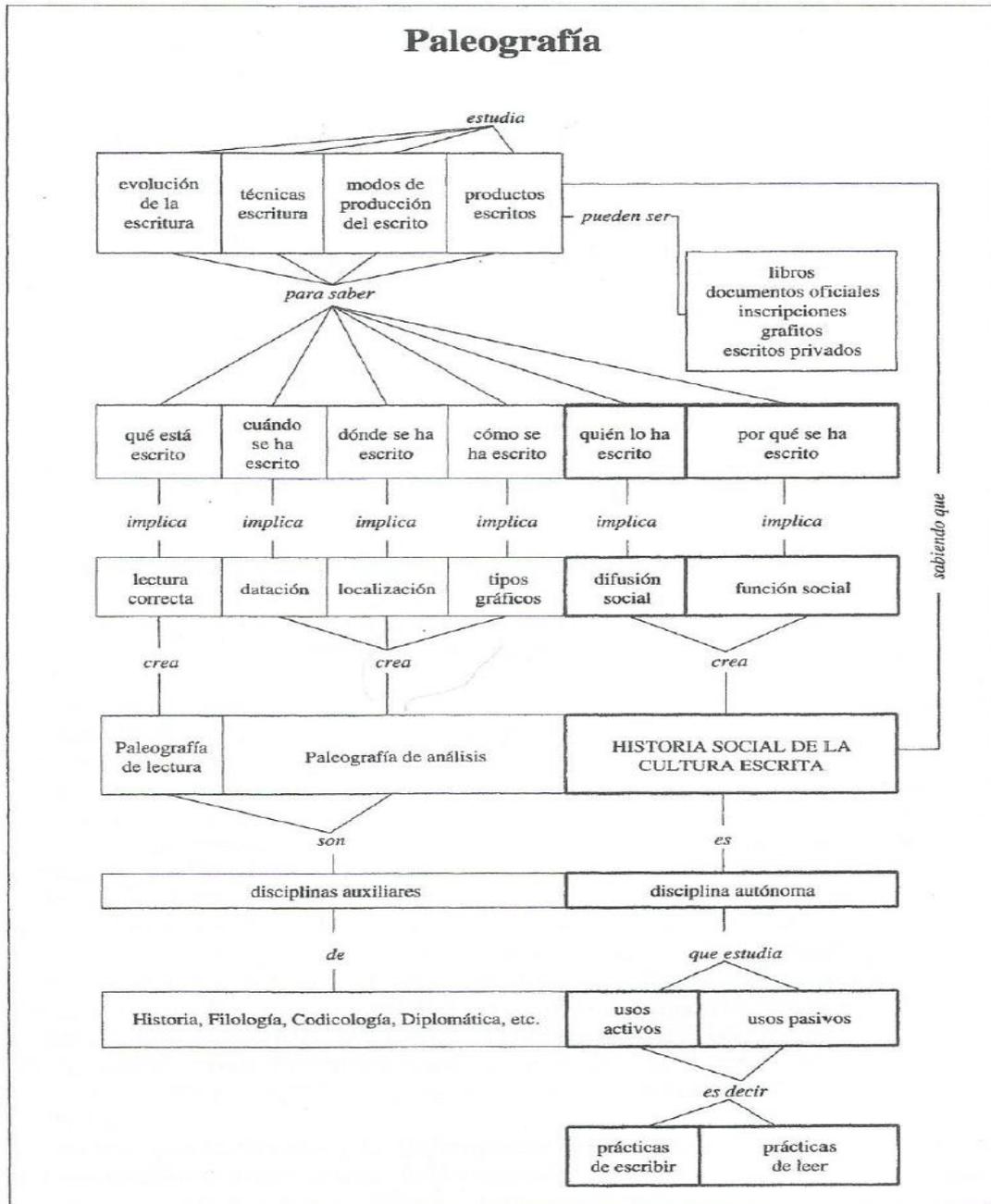
- Respeitar o texto: o que está escrito, pois: “Nunca podemos olhar um documento do passado com os olhos do presente” (João E. Franklin Leal);
- Conhecer a *língua* em que o documento foi escrito (época);
- Utilizar o método *comparativo*;
- Transcrever e reproduzir em uma folha todas as letras que aparecerem no texto; e
- Fazer o que é *fácil* no momento para, depois, fazer o resto.

2.7 Mapa conceitual da Paleografia

Podemos apresentar como síntese dos diversos estudos aqui apresentados sobre a Paleografia, o mapa conceitual produzido por Riesco Terrero (2004), como aparece na figura 14. Este mapa revela que a paleografia estuda a evolução da escrita, as técnicas de escrita, os modos de produção do escrito e a produção escrita que podem ser livros, documentos oficiais, inscrições gráficas e escritos privados.

Esta ciência e disciplina permite saber o que está escrito, quando foi escrito, onde foi escrito, como foi escrito, quem o escreveu e por que foi escrito. Para isso, fez-se necessário a criação da Paleografia de Leitura para que se faça a leitura correta do documento; a Paleografia de análises, que implica em conhecer a datação, localização e os tipos gráficos; e a História social da cultura escrita. As duas primeiras disciplinas são tidas como auxiliares da História, Filologia, Codicologia, Diplomática, etc.; enquanto a última tornou-se uma disciplina autônoma que estuda as práticas de escrever e de ler.

Figura 14: Mapa conceitual da Paleografia



Fonte: Introducción a la Paleografía y la Diplomática General, 2004.

Resta-nos ressaltar que a Paleografía é um instrumento fundamental para a compreensão da evolução da escrita.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma etapa específica que procede de bases teóricas e epistemológicas, de forma que utiliza métodos e técnicas concretas de investigação.

Logo, esse trabalho foi fundamental para podemos identificar e elaborar o nosso universo da pesquisa, coletar os dados e organizá-los.

3.1 Tipo de Estudo

A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, que segundo Minayo (1995), é assim porque tem por objetivo familiarizar-se com a temática abordada e o intuito de torna-la mais explícita, além de obter uma nova compreensão do assunto.

De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O mesmo estudo ainda é qualificado por ser de abordagem qualitativa, que Bardin (1977, p.114-115) relata ser a abordagem qualitativa “mais intuitiva, maleável e adaptável, permitindo possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou mais variáveis do informante”.

Ainda no mesmo estudo identifica-se como abordagem quantitativa, que para Richardson (1999, p. 70),

[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto na qualidade de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média e desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Salientamos que outra abordagem utilizada nesse estudo foi a análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977, p. 42), pode ser definida como:

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das

mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa inferência definida no contexto acima é identificada pela mesma autora como deduções lógicas, que tem por objetivos identificar no conteúdo da mensagem duas questões: as causas ou consequências e os efeitos ou consequência das mensagens analisadas. Bardin (1977) afirma ainda que a inferência, utilizada na análise de conteúdo serve para extrair questões de grande valor, contidas nas mensagens.

Ainda na visão de Bardin (1977, p. 42) a análise de conteúdo:

[...] atua, portanto, combinando técnicas com características quantitativa e qualitativa, com o fim de obter maior riqueza de detalhes do objeto/fenômeno pesquisado. Desse modo, no momento da análise propriamente dita, é possível realizar inferências com mais segurança e obter resultados mais concisos.

Bardin (1977, p. 5) também identifica a análise de conteúdo em três fases, são elas:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 14) a análise de conteúdo é definida como um “exame objetivo, exaustivo, metódico, e se possível, quantitativo, de um texto (ou de um conjunto de informações) com vistas à obtenção do seu teor significativo”. Portanto a análise de conteúdo pode ser entendida por um conjunto de técnicas que analisam as mensagens que permitem a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção/recepção dessas mensagens.

3.2 Universo

O Estudo foi realizado a partir de dados oriundos e coletados em arquivos institucionais, públicos e privados, bem como nos arquivos pessoais e familiares, de João Pessoa – PB que possuem documentos manuscritos em seus acervos e também

com pesquisadores que trabalharam e/ou trabalham com esse tipo de documento. A partir desses sujeitos estabelecemos o nosso campo de estudo.

3.3 Universo e amostra

Segundo Richardson (1999, p. 157) o universo é definido como “o conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Por isso, é de fundamental importância a escolha do universo de pesquisa para um controle maior do campo estudado.

Além desse universo tivemos que gerar uma amostra, que segundo Gil (1999, p. 100), é definido como:

Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.

O universo da pesquisa delimitou-se em 14 pesquisados, que atuam na área da pesquisa história e/ou da arquivologia, dos quais obtivemos respostas de apenas 9. A escolha recaiu naqueles que realizaram e/ou realizam suas pesquisas em documentos manuscritos.

3.4 Coleta dos dados

Primeiramente delimitamos os pesquisadores que iríamos trabalhar para posteriormente enviar, por e-mail, ou entregar, pessoalmente, o instrumento de pesquisa adequado para a coleta dos dados. Em seguida, com os arquivos e os pesquisadores identificados, iniciamos a organização dos dados com as informações coletadas.

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi um questionário composto de 17 questões (apêndice A), sendo 3 objetivas e 14 abertas, todas norteadas pelas variáveis anteriormente citadas, buscando responder aos nossos questionamentos iniciais.

3.5 Organização dos dados

Nesta etapa fizemos uma pré-análise das respostas dos questionários para identificá-los, depois executamos a exploração do material coletado e por último realizamos o tratamento dos resultados, chegando a sua interpretação com base em pesquisas anteriores.

Após o recebimento dos questionários, analisamos e organizamos os mesmos, a partir de quadros, sendo a análise de conteúdo uma delas. Tais quadros serão analisados da seguinte forma: identificação dos arquivos institucionais, públicos e privados, e pessoais que possuem documentos manuscritos em João Pessoa, Paraíba; caracterização dos pesquisados; apontamento das pesquisas que utilizam documentos manuscritos; identificação e seleção de pesquisadores que trabalham com documentos manuscritos; apresentação dos métodos de leitura e decifração da escrita manuscrita dos pesquisadores; e, identificação de facilidades e dificuldades apresentadas pelos pesquisadores na leitura e estudo de documentos manuscritos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados são processos pelo qual se dá ordem, estrutura e organização dos dados. Consiste na análise das mensagens obtidas através das respostas dos pesquisados.

Logo, este capítulo é caracterizado pela análise dos dados onde estão compreendidos a caracterização dos pesquisados (sexo, faixa etária e área de atuação) e a caracterização dos dados de conteúdo (utilização da paleografia como método de leitura e transcrição, importância da paleografia, necessidade de profissional habilitado ou especializado (paleógrafo) e facilidades e dificuldades na leitura e transcrição de documentos manuscritos), onde foram analisados as respostas dos pesquisados.

4.1 Perfil dos pesquisados

Ressaltamos que os pesquisados foram escolhidos pela sua atuação na área de pesquisa e na organização de arquivos, em João Pessoa-Paraíba. Eles são constituídos por 8 mulheres e 1 homem. Contudo, o perfil coletado dos pesquisados através do questionário tem-se que a distribuição entre sexo evidenciou uma maior quantidade de mulheres respondentes em número de 8, e 1 homem, sendo do total escolhido. Não nos cabe conjecturar sobre as razões daqueles pesquisadores ao não responderem ao questionário.

Em relação à faixa etária, observamos que dos 9 pesquisados, 1 apresenta na faixa etária entre 20 – 30; 2 estão entre 30 – 40; 3 entre 40 – 50; 2 estão entre 50 – 60 e 1 na faixa de 60 – 70 anos. Ou seja, há uma predominância de pesquisadores experientes em pesquisas com documentos manuscritos.

Ainda, sobre o perfil dos pesquisados, indagamos sobre a área de atuação profissional. Dos 9 pesquisadores questionados, constatamos que 5 são da área de História; 3 atuam em duas áreas, História e Arquivologia, e 1 pesquisador da área de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação.

Com relação à área de conhecimento mostra-se bastante oportuna, pois como se pode notar, ele arrola as formações dos pesquisados. Como se percebe a formação em História tem maior número de pesquisados respondentes. Vale ressaltar que as áreas de

conhecimento, também compreendida como formação, agregam os cursos História, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação que são extremamente afins, ou melhor, que tem como objeto/fonte de estudo a memória representada materialmente: o documento.

4.2 Caracterização dos dados de conteúdo

Com a caracterização dos dados de conteúdo buscamos atender ao primeiro objetivo específico deste estudo. Indagamos sobre as instituições onde os pesquisados realizavam ou realizam as pesquisas. A pesquisa nos ofereceu os seguintes dados constantes no Quadro 1.

Quadro 1: Instituições Pesquisadas e recorrências

ARQUIVOS	RECORRÊNCIAS
Arquivo Eclesiástico da Paraíba – AEPB	5
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP	4
Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte	3
Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres – São João do Cariri / PB	2
UFPB (Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa)	2
Acervo José Simeão Leal	2
Arquivo Privado Pessoal Maurílio Augusto de Almeida	1
Arquivo da Associação Comercial	1
Arquivo do Fórum Cível da Capital	1
Arquivo do Fórum de Guarabira	1
Arquivo do Cartório Monteiro da Franca	1
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB)	1

Fonte: Pesquisa direta, 2014

O Quadro 1 revela que quanto a natureza são públicos como Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (antigo Arquivo Histórico da Paraíba); Universidade Federal da Paraíba (Projeto Resgate com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa); Núcleo de Informação Histórico Regional; Arquivo do Fórum Cível da Capital; Arquivo do Fórum de Guarabira; e privados institucionais, tais como o Arquivo Eclesiástico da Paraíba – AEPB; Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres – São João do Cariri / PB; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP; Arquivo da

Associação Comercial; e arquivos privados pessoais, como: Arquivo Privado Pessoal Maurílio Augusto de Almeida e Acervo José Simeão Leal.

As instituições identificadas na sua maioria estão relacionadas a arquivos históricos e possuem documentos manuscritos de caráter administrativo, cartorial, jurídico, pessoal e familiar.

No nosso estudo identificamos 12 instituições que possuem documentos manuscritos. Fazendo uma comparação com o Projeto Guia de Unidades, que integra o Programa de Documentação e Memória, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFPB, através do *Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Memória, Informação e Patrimônio – GECIMP* e tem como coordenadoras as professoras Bernardina Freire (DCI/UFPB) e Vitória Lima (PPGCI/UFPB)., percebe-se que das 35 identificadas no guia, apenas 14 possuem documentação manuscrita, e que podem ser observadas no quadro 2.

Quadro 2 : Arquivos identificados e mapeados

ARQUIVOS PÚBLICOS	ARQUIVOS PRIVADOS
1 Arquivo do Fórum Cível da capital	1 Arquivo Eclesiástico da Paraíba (Arquidiocese da Paraíba)
2 Arquivo Geral do Tribunal	2 Arquivo Flávio Maroja (IHGP)
3 Arquivo do Tribunal	3 Arquivo Monteiro da Franca: Serviço Notarial – 5º Ofício
4 Arquivo do IPHAEP	4 Arquivo Toscano de Brito: Serviço Notarial e REgistrar
5 Arquivo dos Governadores (FCJA)	5 Arquivo Afonso Pereira
6 Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – (NDIHR/UFPB)	-
7 Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba	-
8 Arquivo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – PB	-
9 Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (Arquivo Histórico da Paraíba)	-

Fonte: Lima, 2013.

Assim, podemos perceber no quadro 2 que os arquivos estão identificados e mapeados.

Em relação aos projetos que desenvolvem e para os quais é necessária a leitura de documentos manuscritos, segundo os pesquisados, podemos citá-los:

- Projeto de pesquisa Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, de PIBIC de 2009 a 2014.
- Projeto de Iniciação Científica “Gente negra na Paraíba oitocentista: redes sociais e arranjos familiares” 2009-2011.
- “Digitising endangered seventeenth- to nineteenth-century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba, Brazil” (Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil). Período de execução: agosto 2013- julho 2015.
- Documentos, Memória e História: organização do Arquivo Privado de Maurílio de Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – século XIX. Período de execução: julho 2014-março 2015.
- Patrimônio Afro-brasileiro no nordeste oriental: acervos digitais e experiências negras na Paraíba. Período de execução: julho 2014-junho 2015.
- Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de piranhas e piacó (capitania da parahyba do norte, c. 1690 – c. 1772). 2011-2012.
- Paraíba Colonial: cultura política, elite e pessoas comuns Desde 2010, incrementando anualmente novos Planos de Trabalhos para Pibic ou Pivic.
- Acervo José Simeão Leal (2008 a 2012).
- Projeto de Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana 1989 a 1993.
- Projeto de Organização e Preservação do Acervo Documental do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP 1993 a 1997.
- Tese de Doutorado (2006-2009)
- Organização de Arquivos Pessoais

- Documentos religiosos

Diante desses projetos informados pelos informantes da pesquisa, percebemos que em sua maioria relacionam-se a documentos do período colonial, correspondendo aos séculos XVII até o XVIII. Outros estão relacionados ao período imperial, século XIX. Observamos também a existência de documentos de arquivos privados com poucas ocorrências.

Isso mostra a grande importância da utilização da paleografia para análise desses documentos históricos, definindo características da escrita, do uso de determinadas tintas e penas, uso de mais ou menos siglas etc, etc. Tais documentos encontram-se nas instituições onde os pesquisados realizam pesquisas, e na sua maioria estão relacionados a arquivos históricos, como os que foram indicados anteriormente, e encontram-se em diversas localidades, também identificadas.

Na questão sobre por quais meios tiveram conhecimento da existência de documentos manuscritos, as respostas dos pesquisados relacionam-se à participação em organização de arquivos; pesquisas para mestrado, levantamentos documentais dos arquivos; pesquisas para doutorado; projetos de iniciação científica; indicação de outros pesquisadores. Percebemos com isso, que em sua maior parte referem-se à organização de arquivos e posteriormente seguido por pesquisas realizadas por alunos de Programas de Pós-Graduação, em algumas contando inclusive com alunos de iniciação científica realizando as primeiras incursões em atividades que envolvem documentos manuscritos.

Ao perguntar sobre as restrições no acesso aos documentos manuscritos a maioria das respostas informava não haver restrição, na utilização de arquivos públicos, sendo perfeitamente compreensível que nos arquivos privados, haja a necessidade de manter contato e obter permissão dos responsáveis pelo arquivo. Já nos arquivos cartoriais há restrição, pois estes possuem documentação particular, de uso restritivo. Outro aspecto levantado nas respostas refere-se à restrição da leitura por falta de conservação e de organização dos documentos nos arquivos.

Ao abordar se além dos documentos manuscritos, eram realizadas pesquisas em outros tipos de documentos. As respostas diversificaram a tipologia em: documentos iconográficos, digitados, microfilmados, digitais, sonoros, documentos visuais

(fotografias) e cartas. Isso demonstra a grande diversidade de documentos em que as pesquisas possam ser realizadas e o que se pode encontrar nas Instituições pesquisadas.

Quanto aos séculos em que esses documentos eram pesquisados, identificamos os séculos XVI ao XXI, mas uma concentração de documentos referentes aos séculos XVIII e XIX. Isso mostra a grande incidência de documentos históricos que são pesquisados e que precisam da Paleografia para a sua compreensão, já que documentos desses períodos necessitam de um conhecimento da escrita da época, da grafia, da caligrafia e, possivelmente, até da tinta utilizada.

Finalizando indagou-se sobre as condições de conservação desses documentos, e as respostas levam a percebermos que na maioria os documentos não apresentavam bom estado de conservação. Consideramos que devido ao ambiente, a umidade (fungos e manchas), o manuseio inadequado, a ação de insetos (cupim e traça), acidez do papel (quebradiço), da tinta (corrosão) e da ausência de uma política de conservação documental sejam algumas das razões para a falta de conservação.

Acrescentamos que a falta de uma política que direcione ao menos as Instituições públicas a usar meios tais como a microfilmagem e outros assemelhados, encaminhariam para haver uma conservação adequada dos documentos, evitando a perda das informações impossibilitando a recuperação *ad eternum*. Não se pode esquecer que tais documentos são fundamentais para a pesquisa e a memória de qualquer instituição ou país.

Indagando-se sobre a Paleografia, e considerando as respostas obtidas, apenas um pesquisador referiu não ter conhecimento da mesma. Isso leva a refletir, a partir dessas respostas, que para se trabalhar com documentos manuscritos é necessário o conhecimento da Paleografia para poder obter resultados esperados. Sem conhecer a Paleografia é impossível ler e entender o que está escrito nos documentos manuscritos, principalmente quando a grafia e as abreviaturas são de difícil compreensão, e as abreviaturas são as formas de escrita que apresentam mais dificuldade na leitura de um manuscrito, independente de sua época.

Em relação à Paleografia como método de leitura e transcrição, foi indagado se os mesmos utilizavam a Paleografia como auxílio para a leitura e transcrição dos documentos manuscritos e o que podemos perceber é que, segundo as respostas, a

maioria dos pesquisados procuram utilizar esse método para leitura e transcrição de documentos manuscritos, conforme se depreende do Quadro 3.

Quadro 3: Utilização da Paleografia como método de leitura e transcrição

Pesquisados	Respostas
1	Pela prática tenho mais facilidade de ler fontes documentais do século XIX.
2	Sim, porque pesquiso documentos de meados do século XVIII, por este motivo a Paleografia se faz imprescindível.
3	Sim. A Paleografia possibilita o conhecimento da evolução da escrita, o conhecimento sobre o sistema de abreviaturas, este, ainda, hoje utilizado pelas pessoas letradas.
4	Não, apenas no período estudado.
5	Não.
6	Não.
7	Sem resposta
8	Sim, principalmente se o documento manuscrito tiver uma grafia complicada (uma letra difícil)
9	Sim, geralmente para documentos manuscritos do séc. XIX e do século XX.

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Ainda percebemos que em outras respostas, os pesquisados alegam a importância da Paleografia para ler e compreender esses documentos manuscritos, principalmente os dos séculos anteriores ao século XX. O que também dificulta a leitura e transcrição desses documentos são as abreviaturas utilizadas nos mesmos, já que muitas vezes elas são incompreensíveis, cabendo ao paleógrafo identifica-las.

Isso reforça o que aborda Berwanger (2008), em relação às abreviaturas, em que por muito tempo elas foram proibidas nos documentos jurídicos, na época de Justiniano, mas, sempre houve brechas entre um período e outro. Contudo, podemos afirmar que as abreviaturas dificultam a leitura dos documentos manuscritos, principalmente quando os autores possuem péssima caligrafia.

Quanto à importância da Paleografia, percebemos que a maioria dos pesquisados dão ênfase a ser fundamental conhecer a Paleografia para conseguir identificar as informações contidas nos documentos manuscritos, conforme se verifica no Quadro 4.

Quadro 4 : Importância da Paleografia

Pesquisados	Respostas
1	Fundamental para ampliação do conhecimento sobre sociedades que viveram no passado.
2	A Paleografia é importante porque ajuda a fazer leitura de forma mais correta, pois a escrita dos séculos anteriores é um pouco diferente do nosso tempo.
3	A Paleografia é fundamental, pois ela nos proporciona o conhecimento estrutural e formal dos documentos arquivísticos, necessários para a transcrição dos mesmos.
4	A Paleografia me auxiliou no sentido de detectar o estilo e a forma das letras utilizadas na escrita colonial, contribuindo para o bom entendimento e clareza do que estava sendo escrito no documento.
5	Aprofundar o conhecimento histórico
6	Sem a Paleografia, muitas fontes históricas importantíssimas seriam descartadas.
7	É fundamental para o estudo de períodos em que os sinais gráficos são bem diferenciados dos usados em tempos mais próximos.
8	Sem estudo sistemático da Paleografia é impossível ler documentos de outros séculos
9	É a base e a fundamentação para entender os escritos.

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Das respostas à categoria importância da Paleografia na leitura e transcrição de documentos manuscritos, percebemos que os pesquisados sabem a sua importância para a realização de suas pesquisas, ressaltando que em certos períodos existem muitos sinais gráficos que são muito diferenciados dos tempos atuais.

Para realizar a tarefa de ler e transcrever documentos manuscritos, precisamos ter conhecimento de uma ciência que possibilite realizar a tarefa sem problema ou interpretação errada no entendimento do assunto que se encontra no manuscrito. Para isso percebemos a necessidade de profissional habilitado ou profissional especializado (paleógrafo) para executar essa tarefa que necessita ainda de paciência e de conhecimento da escrita da época. No Quadro 5 percebemos que os pesquisados tem conhecimento de tal necessidade e por isso, procuram esse profissional.

Quadro 5 : Necessidade de profissional habilitado ou especializado (paleógrafo)

Pesquisados	Respostas
1	Sim, quando não consigo decifrar/ler, solicito ajuda de especialistas, geralmente colegas da área de História.
2	Sim, porque como o tempo para fazer a pesquisa é limitada, se faz necessário a ajuda de profissionais que ajudem na leitura paleográfica dos documentos para agilizar o processo da pesquisa.
3	Sim, sempre que não tenho tempo disponível para transcrever toda a documentação que preciso para o meu estudo.
4	Sim, alguns documentos, como o do Arquivo Histórico Ultramarino, eu não consegui transcrever, assim, busquei ajuda especializada para realizar essas transcrições.
5	Não. Leciono a disciplina e treino e/ou inicio os pesquisadores
6	Não necessito em minhas pesquisas.
7	Quando tive necessidade de usar documentos do período colonial brasileiro tive que contar com o apoio de colega que domina a Paleografia e já aconselhei a instituição que precisava de leitura de documentos do início do século XIX a contratar paleógrafo.
8	Sim. procuro primeiro ver o que consigo com a minha experiência, mas depois quero que um especialista revise a transcrição.
9	Sim, quando não consigo entender o manuscrito.

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

No Quadro 5 estão configuradas as necessidades de profissional habilitado ou especializado (paleógrafo). Percebemos que a transcrição de documentos manuscritos não é tarefa fácil, algumas respostas relatam que necessitam de tempo para realizar a tarefa de ler e transcrever o documento. Se a leitura não é feita pacientemente, corre-se o risco de transcrever uma informação de forma errônea e prejudicar a pesquisa que se está realizando.

Isso fundamenta o que aborda Berwanger (2008), que em suas recomendações para a transcrição paleográfica, um dos pontos é ler o documento com muito cuidado e sem pressa, pois isso pode acarretar numa interpretação errada. Outros pontos abordados são que, durante a transcrição não se poder mudar a grafia da época, ou seja o documento tem que ser reproduzido como tal está escrito pelo autor.

Em relação à categoria facilidade que os pesquisados encontram no primeiro contato com o documento manuscrito, eles abordam a questão da compreensão, em relação ao período que o documento está inserido. Há períodos ou séculos de alguns documentos com grau de facilidade satisfatório. Isso mostra que se o autor tiver uma caligrafia compreensiva, a leitura e transcrição será mais facilitada. No Quadro 6 estão respostas relacionadas as facilidades na leitura de documentos manuscritos.

Quadro 6: Facilidades na leitura de documentos manuscritos

Pesquisados	Respostas
1	Para facilitar a compreensão, realizo leituras do contexto e de livros sobre a Administração Imperial.
2	Depende muito do estado de conservação do documento. Se for um documento bem conservado, isso ajuda muito na leitura do documento.
3	Em um primeiro contato com o documento manuscrito pode-se pensar que não há elementos facilitadores. Mas eles existem. a) A escrita do escrevente pode ser um fator facilitador, quando ele é um escrevente experiente a tendência é caprichar na escrita para que ela se torne bastante legível. b) A ausência de abreviaturas pode ser também um elemento facilitador da decifração da escrita.
4	Devido a nunca ter feito transcrições, nem preparação ou curso de Paleografia, o grau de facilidade foi praticamente anulado.
5	Os séculos trabalhados não oferecem dificuldade quanto a leitura em si.
6	Prefiro pensar em grau de dificuldade. Há um estranhamento muito grande, só depois de muitos estudos conseguimos nos habituar com a escrita antiga. É como aprender uma nova língua.
7	A facilidade está mais no domínio dos sinais e da estrutura. Ser uma forma de escrita com a qual nos identificamos, por sermos usuários desde os primeiros tempos de vida e de alfabetização.
8	A facilidade vem do conhecimento paleográfico prévio de abreviaturas, do tipo do documento ou gênero, de um bom livro de Paleografia e de ter um bom orientador/profissional da área para tirar as dúvidas. Tudo isto se a grafia do autor for boa.
9	A facilidade se efetiva quando da familiaridade com os documentos, mesmo assim, ainda há determinadas dificuldades

Pesquisa direta, 2014.

Diante das respostas percebemos que não é só ter conhecimento da paleografia para poder realizar essas ações de leitura e transcrição de documentos, depende inclusive do estado de conservação do papel. Há, no entanto, respostas que independem do grau de saber ler e transcrever documentos manuscritos, elas abordam que a falta de prática em ler e transcrever é um dos condicionantes, dificultando a compreensão.

Isso mostra também que é fundamental ao pesquisador que habilitado, sempre manter contato com esses documentos para relembrar as informações que estão contidas nos documentos manuscritos de determinada época. Se não existir a prática a leitura, a compreensão e a transcrição de documentos fica mais difícil, pelo fato de serem

documentos que requerem leituras constantes. Para isso, o profissional habilitado ou especializado (paleógrafo), necessita estar atualizado na área da Paleografia.

Em relação às dificuldades encontradas na leitura de documentos manuscritos, percebemos que em sua grande maioria afirmam que a leitura paleográfica não é uma tarefa fácil, até por que não são só as abreviaturas que dificultam a leitura e transcrição, mas também as condições de conservação do documento. Nem todos os arquivos se preocupam com a preservação e conservação dos seus documentos, fazendo com que sofram ações do tempo e de insetos que podem danificar e tornar o documento irrecuperável. No Quadro 7 estão apresentadas diversas dificuldades afirmadas pelos pesquisados.

Quadro 7: Dificuldades na leitura de documentos manuscritos

Pesquisadores	Respostas
1	Ler Paleografia não é tarefa fácil, geralmente, a dificuldade das letras de época que exigem uso de obras de referência para facilitar a compreensão. Em geral, outra questão que costuma dificultar é a péssima condição de conservação dos documentos do século XIX (mofo, umidade, frases se desfazendo, etc.), que inviabiliza a leitura ou possibilita compreensão parcial das informações contidas na fonte.
2	Se o documento estiver muito danificado, isto dificulta muito a leitura.
3	Muitas são as naturezas de dificuldades. a) O Tempo: Quando mais distante é a escrita manuscrita do tempo do decifrador, mais dificuldades terá este em seu trabalho de decifração. b) O tipo de escrita empregada: a cursiva encontrada no século XVI é bastante difícil, pois possui traços da escrita processada. c) A escrita do escrevente que talvez possua uma escrita fortemente personalizada e esqueça-se de lembrar que haverá outros leitores para o documento que elaborou. d) O sistema de abreviação, pois ele pode variar segundo a natureza do manuscrito (jurídico, teológico ou médico), mas também por pertencer a épocas determinadas. e) A qualidade do instrumento empregado para traçar as letras.
4	O grau de dificuldade no primeiro contato com os documentos manuscritos foi elevado, mas com a prática constante de transcrição, o trabalho ganhou gradual facilidade.
5	Muitas vezes a condição de conservação de alguns documentos
6	Expliquei este tema na questão acima.
7	-
8	Grafia do autor do texto, o não conhecimento das abreviaturas daquele documento, o manuseio do documento antigo ou raro, a visibilidade, a falta de pedaços das letras por causa da tinta ferrogálica, pedaços do papel faltando, e para finalizar as velaturas com problemas tanto do apagamento da tinta como da questão da visibilidade se não for feita por profissionais

	competentes e materiais corretos e de qualidade..
9	Algumas abreviaturas e quando o manuscrito está em lápis grafite

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Considerando as dificuldades encontradas na leitura, pelos pesquisados, em relação aos documentos manuscritos, é possível entender os dados que estão caracterizados no quadro 7. Ou seja, a conservação dos documentos foi a que apresentou mais grau de dificuldade, em seguida a grafia do autor, as abreviaturas e o tempo. Nesse sentido, enfatizamos o importante papel da conservação, preservação, estudos e constantes atualizações por parte de quem pretende trabalhar com esses documentos. Isso amplia a responsabilidade das instituições que possuem esse tipo de documento, de conservar o seu acervo, pois as informações contidas são de fundamental valor histórico e permanente. Necessário haver uma política de preservação e conservação ou esses documentos se perderão para sempre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a Paleografia é fundamental para a leitura e transcrição de documentos manuscritos, independente da época que foi escrito. A escrita manuscrita, produzida em um passado mais distante, faz com que a sua compreensão se torne mais difícil, eleva a importância da aplicação de estudos paleográficos. Por meio dessa área do conhecimento pode-se identificar todas as formas de escrita, datações, dentre outros fatos que estão registrados nesse tipo de documento e que interessam a qualquer pesquisador e que devem ser do conhecimento de arquivistas, historiadores e demais pessoas que necessitam de lê-los e entendê-los para dar seguimento aos seus estudos e pesquisas.

As abreviaturas, encontradas em muitos documentos manuscritos, principalmente entre os séculos XVI ao XIX, são algumas das dificuldades encontradas para o pesquisador e muitas vezes dificultam a compreensão, fazendo que em alguns casos permaneçam sem obter a informação desejada, o que pode prejudicar a pesquisa que se realiza ou interrompê-la por inteiro.

Outras dificuldades também são identificadas, nos documentos manuscritos, produzidos no passado e na contemporaneidade, referentes ao estado de conservação, ao vocabulário, à grafia e à caligrafia. Se o pesquisador não tiver conhecimento, do contexto histórico da época, vai ser difícil a sua compreensão. Isto coloca a experiência do paleógrafo em evidência, pois aquele que está habituado a leitura de manuscritos, constantemente, tem possibilidades de resolver as questões que se apresentem a contento.

Nesse sentido, o estudo, atinge o objetivo geral, pois encontra-se fundamentado por meio das respostas dos pesquisados, ao apresentarem as condições, ou seja, as dificuldades e facilidades que permitem a utilização de documentos manuscritos. Constatamos, ainda, que os pesquisados consideram a paleografia como o método utilizado na leitura e transcrição dos documentos manuscritos para execução de suas pesquisas, encontrados em arquivos institucionais (públicos e privados), pessoais e familiares.

Partindo do objetivo geral, foram elaborados alguns pontos a serem analisados nos objetivos específicos, nos quais identificamos as pesquisas que utilizavam documentos manuscritos, os locais onde eram feitas essas pesquisas.

Utilizou-se uma pesquisa exploratória, com aplicação de questionário com amostra intencional de 9 pesquisados, onde foram caracterizados com relação ao perfil dos sujeitos, detectando a maioria do sexo feminino, com idade entre 30 - 70, Pós-Graduados, atuantes nas áreas de Arquivologia e História, fortalece a expectativa de que esta disciplina tenha melhor oferta pelos Cursos de Graduação de onde provêm a totalidade dos pesquisados.

Portanto, este estudo ratifica a importância da Paleografia para os cursos de Arquivologia e de História. Por este motivo, sugere-se, especialmente ao Curso de Graduação em Arquivologia, de onde provêm esse Trabalho de Conclusão de Curso, uma atenção especial à grade do Plano Político Pedagógico, revendo-se a condição da disciplina de Optativa para a de Obrigatória e de outra parte ofertando-a de forma sistemática, ao menos uma vez a cada ano letivo e estabelecendo-a como pré-requisito para a disciplina Diplomática. Essa condição de optativa e a não oferta de forma sistemática interfere negativamente na leitura de documentos históricos bem assim nos contemporâneos e, conseqüentemente, na impossibilidade de organização de arquivos possuidores de documentos manuscritos.

A revisão elevaria a Paleografia a ocupar o lugar que lhe cabe nos Cursos de Graduação em Arquivologia e História tendo em vista que estes se ocupam da manutenção, conservação e preservação de documentos, inclusive manuscritos, que em definitivo contam a história de instituições, de um grupo, de uma sociedade, de um país, em suma, da humanidade.

Finalmente, para concluir, o presente estudo demonstra a estreita relação existente entre a leitura de manuscritos e a compreensão das condições de existência do homem sobre a terra, possíveis também pelos conhecimentos paleográficos.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia. A escrita no Brasil colônia. In: TONIAZZO, Carmem Lúcia; ANDRADE, Elias Alves de; KRAUSE, Maria Margareth Costa de Albuquerque. Edição de Manuscritos: características paleográficas. **Polifonia**. Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 51.

_____. **A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. 2 ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2003.

ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, 51).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Diplomática: conceito, origem e objeto. In: BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. cap. 1, p. 1.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

_____. Dificuldades na Leitura Paleográfica. In: _____. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 7, p. 87-96.

_____. Normas técnicas para transcrição e edição de Documentos Manuscritos. In: _____. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3 ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 8, p. 97-103.

CAMBRAIA, César Nardelli. Introdução à crítica textual. In: ANDRADE, Elias Ave de. **Estudo paleográfico de um manuscrito do século XVIII**: edições fac-similar e semidiplomática. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, p. 1743 – 1758, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DOCUMENTO [de archivo]. In: **Diccionario de Terminología Archivística. Comisión de Terminología de la Dirección de Archivos Estatales**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1993. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/archivos/mc/dta/diccionario.html#_d>. Acesso em: 20 maio 2014.

FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação**: a experiência da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, [2009?], p. 5.

FUSTER RUIZ, Francisco. **Archivística, Archivo, Documento de Archivo...** necesidad de clarificar los conceptos. In: *Anales de Documentación*, 2, 1999, p.103-120.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <www.propi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_oco_antonio_carlos_gil.pdf> . Acesso em: 16 maio 2014.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HORCADES, Carlos M. **A evolução da escrita: história ilustrada**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004. p. 24.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Realidade dos Arquivos Paraibanos: organização, acesso, conservação, responsabilidade técnica**. João Pessoa: PPGCI/UFPB – NDIHR/UFPB, 2013

MANUSCRITOS. In: **Tipógrafos.net**. Disponível em: <<http://tipografos.net/glossario/manuscrito.html>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NOCÕES de Paleografia. In: BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3 ed. rev. e amp. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 1, p. 15 – 21.

NORMAS Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. In: BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3 ed. rev. e amp. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. cap. 8, p. 99 – 104.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; Maria da Vitória Barbosa Lima. **Guia de Unidades Custodiadoras da Cidade de João Pessoa – PB**. João Pessoa, 2013.

PIQUERAS, M. B. Concepto, método, técnicas y fuentes de la diplomática. In: TERRERO, Ángel Riesco. **Introducción a la Paleografía y la Diplomática General**. Madrid: Editorial Síntesis Ltda, [2004?]. cap. 9, p. 194.

RIESCO TERRERO, Ángel. **Introducción a la Paleografía y la Diplomática General**. Madrid: Editorial Síntesis Ltda, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. ver e amp. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SANCHÉZ Mariana, Manuel. Introducción al libro manuscrito. Madrid, 1995. p. 7-12. In: FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação: a experiência da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, [2009?], p. 2.

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. **Aportación de la Paleografía y la diplomática a las ciencias de la documentación, la filología y la archivística**. In: Primer Congreso

Universitario de la Documentación, 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/absanchez.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SILVA, Edith Maria da. Conservação e restauração de livros e documentos. **Cadernos Fundap**, São Paulo, ano 4, n. 8, p. 49-55, abr. 1984.

SPINA, Segismundo. Introdução à Edótica. In: TONIAZZO, Carmem Lúcia; ANDRADE, Elias Alves de; KRAUSE, Maria Margareth Costa de Albuquerque. Edição de Manuscritos: características paleográficas. **Polifonia**. Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 51.

TRECHO da Carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista FESPI**. Ilhéus: UESC, 1997. Edição especial.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos pesquisados

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Sou aluna concluinte do Curso de Arquivologia da UFPB. Estou, no momento, realizando meu trabalho de conclusão de curso sobre: Escrita manuscrita e sua relação com a Paleografia. Neste sentido solicito sua cooperação, respondendo as questões que se seguem para formar o *corpus* de análise da pesquisa. Por suas respostas, antecipo os agradecimentos.

Silmara dos Santos Lima

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

1. Sexo:

masculino

feminino

2. Idade:

20 – 30 30 – 40 60 – 70 80 – 90

40 – 50 50 – 60 70 – 80

3. Qual a sua área de conhecimento?

DADOS DE CONTEÚDO

4. Nomeie o projeto que realiza ou realizou com documentos manuscritos, e o período de sua execução?

5. Nomeie a instituições onde são realizadas essas pesquisas?

6. Cite os meios por meio dos quais teve conhecimento da existência de documentos manuscritos nessa instituição?

7. Há restrições para o acesso a esses documentos? Qual ou quais?

8. Além dos documentos manuscritos, você realiza pesquisas em outros tipos de documentos? Quais?

9. Em qual século estão inseridos os documentos manuscritos pesquisados?

- séc. XVI
- séc. XVII
- séc. XVIII
- séc. XIX
- séc. XX
- séc. XXI

10. Quais as condições de conservação dos documentos manuscritos pesquisados?

11. Utiliza algum método de leitura e decifração para a análise desses documentos manuscritos? Qual ou quais?

12. Conhece a Paleografia?

() sim

() não

13. Se a resposta da pergunta anterior for afirmativa, utiliza a Paleografia como método para ler e decifrar a escrita manuscrita, independente do seu período? Explícite.

14. Em sua opinião, qual a importância da Paleografia para a leitura e decifração dos documentos manuscritos?

15. Você procura profissional especializado (paleógrafo) ou pessoa habilitada para a realização da leitura e decifração desses documentos? Explícite.

16. Qual o grau de facilidade encontrado no momento que se tem o primeiro contato com o documento manuscrito? Explique.

17. Qual o grau de dificuldade encontrado no momento que se tem o primeiro contato com o documento manuscrito? Explique.

Agradecida por sua colaboração.